



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

REGISTRO PREÇOS VISANDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA COM SOLUÇÃO INFORMATIZADA TENDO POR FINALIDADE O LEVANTAMENTO E A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DE TRIBUTOS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

Divinópolis

2025

SUMÁRIO

I - BREVE RELATO DOS FATOS

II - OBJETO

A) Detalhamento do serviço especializado de consultoria e assessoria administrativa com solução informatizada:

1. PREVIDÊNCIA GERAL

a) Funcionalidades da solução:

b) Resultados esperados:

2. TÍTULO DE RAT

a) Funcionalidades da solução:

b) Resultados esperados:

3. PASEP

a) Funcionalidades da solução:

b) Resultados esperados:

5. PREVIDÊNCIA PRÓPRIA

a. Funcionalidades da solução:

b. Resultados esperados:

6. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA

a. Funcionalidades da solução:

b. Resultados esperados:

7. TELEFONIA

a. Funcionalidades da solução:

b. Resultados esperados:

8. SUS

a Funcionalidades da solução:

b. Resultados esperados:

9. TÍTULO DE FUNDEB

a) Funcionalidades da solução:

b) Resultados esperados:

B) Justificativa da contratação:

C) Requisitos, Condições de execução e ciclo de vida:

III - ESTIMATIVAS

1. Unidades de contratação

2. Interdependência com outras contratações

3. Da economia de escala

4. Estimativa do valor da contratação

IV - DO JUÍZO DE NECESSIDADE: DAS ALTERNATIVAS E DO PARCELAMENTO

1. Levantamento de mercado: análise de alternativas e justificativa técnico-econômica da solução.

1.2 Alternativas de solução avaliadas

1.3. Riscos e mitigação

1.4 Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

1.5 Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação à necessidade

V - DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis

2. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual

3. Contratações correlatas e/ou interdependentes

4. Descrição de possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras (incluídos requisitos de baixo

[consumo de energia e logística reversa, quando aplicável\)](#)

[5. Previsão no PCA](#)

[6. Justificativa para adoção do processo de inexigibilidade de licitação](#)

[7. Justificativa para escolha da empresa meta tecnologia tributária Ltda](#)

[8. Da especialidade dos serviços](#)

[9. Justificativa para a não exigência de garantia \(arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021\)](#)

I - BREVE RELATO DOS FATOS

Recebida a proposta da empresa Meta Tributária, conforme anexo, abriu-se procedimento administrativo visando mapear o interesse público na contratação e eventual levantamento de necessidades intermunicipais. Constatou-se possível demanda motivando a abertura de IRP para recuperação de créditos tributários na região intermunicipal por metodologia e estudo próprio da proponente. Dada a modalidade ad exitum, os trabalhos poderão se desenvolver sem custos para a administração, condicionando o pagamento à aprovação dos estudos apresentados e à efetiva recuperação dos créditos objeto do contrato.

Neste sentido, segundo a proposta,

“A empresa presta serviços especializados e desenvolve softwares próprios para a gestão tributária, elevando a eficiência do Poder Público na cobrança, fiscalização e arrecadação de tributos. Utiliza metodologias seguras e precisas para incrementar a receita, com soluções de alto desempenho e proteção de dados que reduzem erros, asseguram conformidade com a legislação vigente e garantem transparência e confiabilidade em todas as etapas da gestão.”

Com a presente análise, pretende-se entender a viabilidade, vantajosidade, conveniência, proporcionalidade e economicidade da proposta. As análises a seguir consolidam os entendimentos desenvolvidos com tal finalidade.

II - OBJETO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto o REGISTRO PREÇOS VISANDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA COM SOLUÇÃO INFORMATIZADA TENDO POR FINALIDADE O LEVANTAMENTO E A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DE TRIBUTOS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

A) Detalhamento do serviço especializado de consultoria e assessoria administrativa com solução informatizada:

A contratação será realizada mediante inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 74, inciso III, alínea “c” da Lei Federal nº 14.133/2021. A solução como um todo, compreende a contratação da empresa Meta Tecnologia Tributária Ltda, para a prestação de serviços técnicos especializados em:

- I. Qualificação técnica do quadro de fiscais da Prefeitura;
- II. Estabelecimento de metodologia e regras próprias de fiscalização na Prefeitura de forma administrativo e/ou judicial);
- III. Levantamento, apuração, ajustes, recuperação e regularização de valores pagos indevidamente na PREVIDÊNCIA GERAL (RGPS/INSS) de forma administrativo e/ou judicial);
- IV. Levantamento, apuração, adequação e compensação de contribuições relativas ao RAT, com aplicação do FAP e enquadramento por atividade preponderante forma administrativo e/ou judicial);
- V. Levantamento, apuração, recuperação e compensação de contribuições ao PASEP, com revisão da base de cálculo e exclusões cabíveis de forma administrativo e/ou judicial);

- VI. Levantamento, diagnóstico, verificação de conformidade, ajustes e regularizações no âmbito da PREVIDÊNCIA PRÓPRIA (RPPS);
- VII. Levantamento, apuração, identificação de diferenças, ajustes e recuperação de valores referentes ao IRPJ, conforme a legislação aplicável de forma administrativo e/ou judicial);
- VIII. Levantamento, cadastramento in loco, apuração de passivos, cobrança administrativa e recuperação de créditos vinculados à TELEFONIA, incluindo TFF, TLA e Habite-se de torres.
- IX. Levantamento, apuração, identificação de diferenças, ajustes e recuperação de valores referentes ao SUS, conforme a legislação aplicável (administrativo e ou judicial).;
- X. Levantamento, apuração, identificação de diferenças, ajustes e recuperação de valores referentes ao FUNDEB, conforme a legislação aplicável (administrativo e ou judicial).;

1. PREVIDÊNCIA GERAL.

Consiste na revisão das contribuições previdenciárias patronais, com a exclusão das verbas de natureza indenizatória da base de cálculo, conforme entendimento do INSS e do STF, abrangendo a análise de folhas de pagamento e guias de recolhimento no âmbito Municipal. Constatados recolhimentos indevidos, proceder-se-á à apuração dos créditos e à sua recuperação, por restituição ou compensação. A apuração e a recuperação dos créditos serão condicionadas à Revisão das Contribuições Previdenciárias perante a Justiça do Trabalho, para a quantificação precisa dos valores.

a) Funcionalidades da solução:

1. Revisão, retificação e restituição de tributos e contribuições, mediante aplicação de solução informatizada própria, com rastreabilidade e aderência à legislação vigente.

2. Saneamento das bases de cálculo e conferência das incidências, exclusões e alocações, visando à verificação da conformidade material e formal dos recolhimentos.
3. Diagnóstico técnico com identificação de créditos, avaliação de riscos e indicação do rito adequado (restituição ou compensação, na esfera administrativa ou judicial), acompanhado de plano de implementação.
4. Geração de relatórios gerenciais em tempo real, com cruzamentos automatizados de dados e documentação de suporte, proporcionando transparência e auditabilidade.

b) Resultados esperados:

1. Restituição, ressarcimento ou compensação de valores pagos indevidamente, na forma da legislação aplicável e perante os órgãos competentes.
2. Recuperação de importâncias recolhidas a maior à Previdência Social e a outras entidades e fundos, quando constatadas divergências de cálculo.
3. Compensação administrativa de créditos reconhecidos com tributos vincendos, observados os limites, requisitos e vedações normativas.
4. Protocolo de pedido administrativo de restituição, quando cabível, com instrução documental adequada.

5. Relatórios em tempo real e cruzamentos automáticos de bases, reduzindo tempo operacional e assegurando maior controle e confiabilidade das informações.

2. TÍTULO DE RAT.

Trata-se de trabalho especializado em recuperação e adequação de créditos previdenciários relativos às contribuições a título de RAT – Risco de Acidente de Trabalho, indevidamente inseridas pelo Município por ausência de correto enquadramento, com apuração mês a mês e individualização dos valores.

a) Funcionalidades da solução:

1. Individualização dos valores apurados; listagem dos servidores cujas verbas sofreram incidência indevida de contribuição previdenciária; constituição do banco de dados declarado pelo Município à SRF relativo aos últimos 60 meses; exclusão das verbas sobre as quais não incide contribuição previdenciária; e formalização da declaração de compensação/restituição, assegurando o pagamento apenas do estritamente devido, com aproveitamento de benefícios fiscais e melhoria do fluxo de caixa.
2. Diagnóstico e prognóstico.

b) Resultados esperados:

1. O enquadramento nos respectivos graus de risco, que estabelecerá a alíquota do GIIL-RAT, efetuado de acordo com a atividade econômica preponderante, conforme relação de atividades e correspondentes graus de risco por estabelecimento com CNPJ próprio, com aplicação do Fator Acidentário de Prevenção – FAP, índice incidente sobre a contribuição GIIL-RAT que pode resultar em aumento ou diminuição da contribuição.
2. Pedido de restituição, ressarcimento, reembolso ou compensação, na forma da legislação, perante a Receita Federal do Brasil.

3. Compensação administrativa do valor apurado com tributos vincendos.
4. Pedido administrativo de restituição.

3. PASEP

Trata-se de trabalho de apuração e adequação de créditos relativos à contribuição ao PASEP, em razão da inclusão indevida de receitas que não compõem a base de cálculo.

a) Funcionalidades da solução:

1. Realização de auditoria e atualização do crédito apurado; formalização da declaração de compensação por meio do PER/DCOMP, nos termos da IN RFB nº 1.717/2017, com aproveitamento de benefícios fiscais e otimização do fluxo de caixa.
2. Emissão de Relatório Analítico Mensal, demonstrando o valor apurado, as deduções referentes a períodos anteriores e a competência atual, de forma individualizada.

b) Resultados esperados:

1. Pedido de restituição, ressarcimento, reembolso ou compensação, com possibilidade de requerimento perante a Receita Federal do Brasil.
2. Compensação administrativa dos valores apurados com tributos vincendos.
3. Pedido administrativo de restituição, quando cabível.

4. PREVIDÊNCIA PRÓPRIA

Trabalho especializado de diagnóstico técnico, fundamentado na legislação vigente, destinado a verificar a correta aplicação das normas previdenciárias nas operações praticadas pelo Município no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Considera-se que, com a instituição do RPPS, parcela significativa dos servidores — antes vinculada ao RGPS/INSS — aposentou-se ou encontra-se em vias de aposentadoria pelo regime próprio, circunstância que impõe avaliação abrangente das vantagens, contingências e riscos a ele inerentes.

a. Funcionalidades da solução:

1. Identificação e uso de instrumentos de incremento de receita dos Institutos de Previdência estaduais e municipais, diante da ausência de ingresso de contribuições previdenciárias capazes de sustentar o pagamento futuro de aposentadorias e pensões. Reconhecimento de que a relação custo-benefício restou prejudicada e de que a situação financeira do ente foi significativamente alterada, impondo reparação imediata para evitar a ampliação do dano e a inviabilização de outras necessidades públicas relevantes.
2. Recuperação de recursos financeiros por meio de solução informatizada, com elisão tributária lícita, direcionando os créditos apurados pelo trabalho de auditoria ao interesse público, com potencial conversão em benefícios diretos aos administrados.

b. Resultados esperados:

1. Aprimoramento do controle e da manutenção do patrimônio público, mediante utilização de ferramenta de gestão.
2. Saneamento das contas públicas, em consonância com práticas de profissionalização da gestão adotadas por administrações estaduais e municipais.

3. Incremento de receitas dos Institutos de Previdência, manutenção de investimentos prioritários e mitigação de impactos à população, garantindo a execução de direitos, com suporte de assessoria contábil e tributária e utilização de ferramenta de recuperação de tributos.
4. Relatórios em tempo real, com cruzamentos automatizados de dados e produção célere de demonstrativos, antes elaborados manualmente.

5. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA

Trabalho especializado de diagnóstico técnico destinado a processar documentos fiscais eletrônicos emitidos nos últimos cinco anos, com vistas à apuração de receitas que deveriam ter sido arrecadadas a título de Imposto de Renda retido na fonte, incidente sobre valores pagos por órgãos públicos, autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para prestação de serviços ou fornecimento de bens.

Funcionalidades da solução:

1. Software especializado para processamento de documentos fiscais eletrônicos do quinquênio, visando à identificação de valores de IR retido na fonte devidos sobre pagamentos efetuados pela Administração Pública.
2. Detecção do regime de competência na data de emissão dos documentos, inclusive quanto à condição de optante do Simples Nacional, com os respectivos reflexos no cálculo do IR retido na fonte.
3. Identificação de divergências de valores retidos e/ou ausência de retenção, com indicação dos procedimentos cabíveis para reaver os montantes devidos.

b. Resultados esperados:

1. Incremento do fluxo de caixa do erário municipal.

2. Aprimoramento do controle e da manutenção do patrimônio público, mediante uso de ferramenta de gestão.
3. Prevenção do desperdício de receitas públicas de titularidade dos Municípios.
Fortalecimento da fiscalização quanto à adequação do repasse do imposto de renda.

6. TELEFONIA

Serviço especializado de auditoria, levantamento e recuperação de créditos tributários municipais incidentes sobre a atividade de telefonia fixa e móvel, abrangendo Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF), Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA) e Habite-se de torres. O escopo compreende cadastramento in loco, apuração de passivos, emissão de notificações e cobrança administrativa junto às operadoras com vistas ao saneamento de inconsistências e ao incremento da arrecadação municipal.

a. Funcionalidades da solução:

1. Auditoria tributária e levantamento de créditos: apuração detalhada das exações (TFF, TLA e Habite-se de torres), com identificação de créditos devidos e de inconsistências na arrecadação.
2. Cadastramento in loco e análise de passivos: realização de vistorias, registro e validação de dados das torres, exame documental e identificação de passivos não recolhidos, assegurando precisão informacional e correção de falhas.
3. Cobrança administrativa e notificações: emissão de comunicações e formalização de pedidos de cobrança junto às operadoras, em conformidade com a legislação municipal e com os ritos administrativos aplicáveis.

b. Resultados esperados:

1. Incremento da arrecadação municipal, pela identificação e recuperação de TFF, TLA e Habite-se não recolhidos.
2. Correção de inconsistências (falhas, glosas e diferenças), garantindo a apuração adequada dos tributos.
3. Eficiência operacional, em razão do cadastramento in loco e da análise detalhada, com redução de retrabalho.
4. Conformidade legal e segurança jurídica, mediante observância da legislação tributária e municipal.
5. Acompanhamento integral do processo de cobrança, com emissão de notificações, formalização de expedientes e controle administrativo.

7. SUS

Trata-se de auditoria dos repasses federais da saúde, com identificação de glosas, diferenças e atrasos, e formalização de pedidos de recuperação junto ao Ministério da Saúde, em esfera administrativa e/ou judicial.

a Funcionalidades da solução:

1. Auditoria dos repasses, com identificação e quantificação de glosas, diferenças e atrasos por competência;
2. Elaboração de memórias de cálculo e documentação suporte;
3. Formalização dos pedidos de recuperação junto ao Ministério da Saúde.

b. Resultados esperados:

4. Recuperação/regularização de valores glosados, em atraso ou em diferença;
5. Retificação das informações pertinentes;
6. Melhoria da previsibilidade dos repasses.

8. TÍTULO DE FUNDEB

Trata-se de auditoria da base de cálculo dos repasses (VAAT, VAAF e matrículas), com identificação de falhas na distribuição e formalização de pedidos de revisão/compensação junto ao FNDE/MEC, em esfera administrativa e/ou judicial.

a) Funcionalidades da solução:

1. Auditoria da base de cálculo (VAAT, VAAF e matrículas) e identificação de falhas na distribuição;
2. Elaboração de memórias de cálculo e documentação suporte;
3. Formalização de pedidos de revisão/compensação junto ao FNDE/MEC.

b) Resultados esperados:

1. Revisão/compensação de diferenças de repasses quando cabível;

2. Correção das bases para competências futuras;
3. Maior rastreabilidade e regularidade dos repasses.

B) Justificativa da contratação:

Conforme será apurado em IRP, os Municípios consorciados fazem jus a possível restituição e/ou compensação de recolhimentos referentes a contribuições e tributos abrangendo as rubricas de Previdência Geral, RAT/FAP, PASEP, Previdência Própria (RPPS), IRPJ e Telecomunicações, bem como a regularização de repasses federais no âmbito do SUS e do FUNDEB, compreendendo tributos, encargos e repasses pagos indevidamente, a maior, em atraso ou com diferenças junto aos órgãos competentes. A presente iniciativa, conduzida pelo Consórcio Intermunicipal, tem por objetivo padronizar e instrumentalizar a recuperação desses valores, inclusive os incidentes sobre o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de modo a recompor receitas públicas, corrigir distorções verificadas nos últimos 65 (sessenta e cinco) meses, inclusive sobre as folhas de 13º salário, e promover o equilíbrio fiscal dos entes consorciados.

Mediante procedimentos técnicos especializados de recuperação de créditos e compensação será possível restituir aos Municípios consorciados os valores indevidamente pagos nos últimos 5 (cinco) anos, com os respectivos acréscimos legais, além de apurar irregularidades, corrigir desvios e recuperar/compensar administrativamente os montantes devidos, recompondo os cofres municipais.

Quanto às verbas indenizatórias, à luz de decisões judiciais recentes, não incide contribuição social, e a alíquota praticada do RAT em diversos casos mostra-se em desacordo com os preceitos legais, por exceder o devido. É, pois, evidente a existência de valores a recuperar perante o INSS. Ressalte-se que não há restituição de ofício dos recursos recebidos indevidamente, impondo-se a adoção de medidas administrativas pertinentes.

Deve-se verificar como pressuposto para a contratação, no âmbito dos Municípios consorciados, a inexistência de disponibilidade de pessoal ou de corpo técnico com qualificação específica para a

execução do objeto, por tratar-se de atividade meio de alta complexidade técnico-jurídica, que exige atuação integrada de Contabilidade, Recursos Humanos e Finanças. Ademais, verificar se as equipes locais já se encontram sobrecarregadas com rotinas administrativas, inviabilizando o cumprimento, com a necessária qualidade e celeridade, das exigências do procedimento, expondo os entes ao risco de atrasos, falhas e perda de valores por prescrição.

Diante da complexidade da matéria e do dever legal de zelar pela adequada arrecadação — nos termos, inclusive, da Lei de Responsabilidade Fiscal —, o Consórcio Intermunicipal delibera pela realização de IRP, visando a eventual formação de ata de registro de preço especializada e de reconhecida capacidade técnica para executar as avaliações, apresentar as justificativas fundamentadas e prestar o acompanhamento técnico necessário em favor dos Municípios consorciados em toda a área de abrangência do consórcio.

C) Requisitos, Condições de execução e ciclo de vida:

O ciclo de vida contratual pode ser apresentado resumidamente da seguinte maneira, sem prejuízo das obrigações previstas no Contrato, Termo de Referência e no presente instrumento:

- I.** Levantamento e diagnóstico inicial de créditos tributários a serem recuperados/compensados;
- II.** Verificação de retenções indevidas no Fundo de Participação dos Municípios - FPM por parte da Receita Federal e outros órgãos;
- III.** Elaboração de pareceres técnicos e memoriais de cálculos;
- IV.** Abertura e acompanhamento de processos administrativos;
- V.** Realização de auditoria nos recolhimentos realizados;
- VI.** Relatórios de auditoria e recuperação mensal;
- VII.** Treinamento e capacitação para servidores;

- VIII. Relatórios mensais detalhados do andamento dos serviços contratados;
- IX. Estabelecer uma metodologia e regras próprias de fiscalização para Prefeitura;
- X. Atendimento presencial, via e-mail, telefônico e remoto, conforme necessidades da Administração.

Abaixo segue cronograma com previsão de execução dos trabalhos:

A contratada permanecerá responsável, sem ônus adicional e como parte indissociável do objeto, pela manutenção evolutiva e corretiva da solução mediante assistência técnica aos Municípios consorciados, desde o diagnóstico até a decisão administrativa final dos protocolos por ela instruídos. Isso inclui: (i) garantia de correção e integridade dos pareceres; (ii) apoio técnico-operacional aos fiscais/gestor do contrato; (iii) acompanhamento integral de exigências, intimações, diligências e glosas emitidas pelos órgãos competentes, com apresentação de esclarecimentos, defesas e manifestações técnicas, bem como retificações e reapresentações de arquivos e declarações que se façam necessárias; e (iv) reprocessamento e reenvio de documentos quando necessário; Eventuais glosas ou perdas de resultado imputáveis a erro técnico ou omissão da contratada deverão ser saneadas às suas expensas, admitida a compensação em medições futuras e a aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis, sem transferência de responsabilidade ao Consórcio ou aos Municípios consorciados. Os níveis de serviço, prazos de resposta e de correção, canais de atendimento e formas de comprovação serão detalhados no Termo de Referência e reproduzidos no contrato, de modo a assegurar rastreabilidade, transparência e a efetiva assistência da contratada em eventuais questionamentos.

A contratada deverá comprovar notória especialização na recuperação e compensação de créditos tributários e previdenciários, **demonstrada por meio da prestação de serviços técnicos especializados à Administração Pública. Deverá ainda evidenciar capacidade técnica e expertise no assessoramento estratégico, na elaboração e análise de normativos, bem como na condução de processos administrativos complexos, assegurando segurança jurídica e conformidade com a legislação vigente.**

A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições que motivaram sua habilitação no processo de contratação.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO		
ETAPA	PRAZO	DESCRIÇÃO E ENTREGAS (com marcos de aceite)
Etapa Preparatória	D0–D10	Kickoff; designação de gestor/fiscais; checklist de documentos e acessos; plano de fiscalização; cronograma detalhado por rubrica; termo de início.
1ª ETAPA – Diagnóstico	D0–D60	Coleta e inventário de bases (GFIP, SEFIP, DCTFWeb, eSocial, PASEP, parcelamentos, NF-e, cadastros de torres etc.); análise pericial; matriz de riscos; Relatório de Diagnóstico (R1) por rubrica com escopo, volume e rito (restituição/compensação/revisão).
2ª ETAPA – Auditoria e Saneamento	D30–D120	Auditoria técnica, saneamento/retificação de bases e declarações; memórias de cálculo; Relatórios de Auditoria (R2) por rubrica; versões para conferência do fiscal.
3ª ETAPA – Protocolos e Medidas Administrativas	D60–D180	Protocolos e demais expedientes perante os órgãos competentes (RFB/INSS, MS/FNS para SUS, FNDE/MEC para FUNDEB), além de retificações finais e notificações (Telefonia); Comprovantes de Protocolo (CP) por rubrica.
4ª ETAPA – Acompanhamento	a partir de D90 (contínuo)	Acompanhamento de exigências/intimações/glosas; defesas e reapresentações; Relatórios Mensais (RM); capacitação contínua; melhorias

e Melhorias		internas; Comprovantes de Homologação/Compensação (CH), deferimentos e recomposições quando cabível.
-------------	--	--

Cronograma por objeto				
Objeto	D0–D60	D60–D120	D120–D180	APÓS D180
Previdência Geral (RGPS/INSS)	Levantamento de folhas, incidências e verbas indenizatórias; plano de retificação; R1	Saneamento de bases; memórias; R2	Protocolos (PER/DCOMP) e retificações; CP	Acompanhamento de exigências; CH e relatório de prevenção de reincidências
RAT/FAP (GIIL-RAT)	Enquadramento por atividade preponderante; coleta de CAT/sinistros; R1	Recalcular alíquotas/FAP; ajustes; R2	Protocolos (diferenças) e retificações; CP	Defesas/glosas; CH e atualização periódica de FAP
PASEP	Revisão de base; exclusão de receitas não incidentes; R1	Memórias e ajustes; R2	Protocolos (PER/DCOMP) e retificações; CP	Acompanhamento; CH e guia de classificação de receitas
Previdência Própria (RPPS)	Diagnóstico normativo/atuarial e de conformidade; R1	Ajustes/regularizações; R2	Providências junto ao instituto/controle; CP	Monitoramento e plano de prevenção de riscos
IRPJ/IRRF	Processamento de NF-e/contratos; identificação de retenções	Saneamento de divergências; R2	Regularizações e, quando cabível, PER/DCOMP; CP	Acompanhamento; CH e reforço de rotinas de retenção

	devidas; R1			
Telefonia (TFF/TLA/Habite-se)	Planejamento e cadastramento in loco; R1	Apuração de passivos e instrução de cobranças; R2	Emissão de notificações e protocolos; CP	Acompanham ento das respostas e regularizações ; relatório final
SUS	Auditoria dos repasses federais, com identificação e quantificação de glosas, diferenças e atrasos por competência; R1	Memórias de cálculo e saneamento/retificações; R2	Protocolos e pedidos de recuperação junto ao MS/FNS; CP	Acompanham ento de exigências; deferimentos/r ecomposições ; CH
FUNDEB	Auditoria da base de cálculo dos repasses (VAAT, VAAF e matrículas); identificação de falhas na distribuição; R1	Memórias de cálculo e saneamento/retificações; R2	Protocolos de revisão/compens ação junto ao FNDE/MEC; CP	Acompanham ento de exigências; deferimentos/r ecomposições ; CH

Siglas		
Sigla	Significado	Função no Contrato/ETP
R1	Relatório de Diagnóstico Inicial	Primeira entrega formal que identifica créditos potenciais, volume de dados e metodologia aplicada.
R2	Relatório de Auditoria	Resultado da auditoria técnica e dos cálculos de valores a recuperar.
CP	Comprovante de Protocolo	Documento que comprova que os pedidos administrativos foram efetivamente protocolados nos sistemas/órgãos competentes (ex.:

		PER/DCOMP na RFB/INSS, expedientes no MS/FNS para SUS e no FNDE/MEC para FUNDEB). Serve como marco de entrega e medição.
CH	Comprovante de Homologação/Crédito	Evidência de reconhecimento, homologação, compensação ou deferimento/recomposição pelo órgão (ex.: deferimento no PER/DCOMP, recomposição deferida pelo MS/FNS ou FNDE/MEC). Marco de resultado para liquidação e pagamento.

III - ESTIMATIVAS

1. Unidades de contratação

As contratações serão realizadas em conformidade com a identificação, em sede de intenção de registro de preços, dos órgãos competentes dos Municípios Consorciados, da potencial recuperação de créditos em conformidade com os descritivos detalhados no presente estudo. Assim, cada unidade de serviço deve ser designada na tabela abaixo, sendo que cada município, por questão de ordem lógica, poderá solicitar até uma unidade de cada serviço.

CIMMVI	Carmo do Cajuru	Igaratinga	Conceição do Pará	Itapecerica	Pedra do Indaiá	Perdigão	São Gonçalo do Pará	Lagoa da Prata	Divinópolis	Nova Serrana	TOTAL (un)
PREVIDÊNCIA GERAL						1					1
RAT						1					1
PASEP						1					1
PREVIDÊNCIA PRÓPRIA						1					1

IRPJ						1					1
TELEFONIA						1					1
SUS						1					1
FUNDEB						1					1

1.1. Consolidação numérica da previsão financeira de recuperação de créditos

Em atendimento à determinação constante do parecer jurídico, de que se proceda à consolidação numérica da previsão financeira de recuperação de créditos, tomando por base os quantitativos indicados no IRP e as estimativas apresentadas pela proponente, registra-se que, até o presente momento, o único ente consorciado que formalizou interesse expresso na utilização da futura Ata de Registro de Preços foi o Município de Perdigoão/MG, com a seguinte demanda: 1 (uma) unidade para cada macroobjeto – Previdência Geral, RAT, PASEP, Previdência Própria, IRPJ, Telefonia, SUS e FUNDEB.

A proponente, ao apresentar sua proposta técnico-comercial, indicou estimativas financeiras de recuperação de créditos para os seguintes módulos: Previdência Própria (PP), Previdência Geral (PG), PASEP, IRPJ/IRRF, SUS e FUNDEB, nos valores abaixo sintetizados, já considerados em relação ao Município de Perdigoão/MG:

I - Previdência Própria (PP): R\$ 4.572.000,00

II - Previdência Geral (PG): R\$ 1.013.219,55

III - PASEP: R\$ 601.292,21

IV - IRPJ/IRRF: R\$ 2.165.430,00

V - SUS: R\$ 1.104.120,00

VI - FUNDEB: R\$ 2.831.663,36

A soma das estimativas de créditos passíveis de recuperação para esses módulos totaliza R\$ 12.287.725,12 (doze milhões, duzentos e oitenta e sete mil, setecentos e vinte e cinco reais e doze centavos). Considerando que a remuneração da contratada se dará exclusivamente na forma de êxito (ad exitum), no percentual de 17,5% sobre os valores efetivamente recuperados, obtém-se, para o Município de Perdigão/MG, um custo máximo estimado de R\$ 2.150.351,90 (dois milhões, cento e cinquenta mil, trezentos e cinquenta e um reais e noventa centavos), com potencial ingresso bruto de aproximadamente R\$ 12,28 milhões em favor da Administração.

No que se refere aos módulos RAT e Telefonia, embora haja a manifestação de interesse do Município de Perdigão/MG no IRP (1 unidade para cada), não foi possível, nesta fase, proceder à estimativa numérica de créditos a recuperar, em razão da ausência de dados concretos que permitam à proponente quantificar previamente o potencial de recuperação para esses itens. Salienta-se que tal lacuna de informação não prejudica a execução do contrato, tampouco compromete a análise de vantajosidade, por duas razões principais:

- a) não é possível, de antemão, confirmar a probabilidade de resultado nem dimensionar com precisão o montante de créditos a serem identificados e recuperados em cada módulo, o que é próprio da natureza desses serviços; e
- b) a remuneração permanecerá vinculada exclusivamente ao êxito, de modo que a Administração somente efetuará pagamento caso haja efetivo retorno econômico, em percentual previamente pactuado e compatível com o benefício financeiro auferido.

Deste modo, a impossibilidade de estimar integralmente todos os módulos decorre da própria imprevisibilidade inerente à recuperação de créditos tributários e previdenciários, que depende de variáveis externas (qualidade das bases, histórico de recolhimentos, glosas de órgãos de controle, interpretações normativas vigentes, entre outros). Nessas condições, a consolidação numérica aqui apresentada, ainda que parcial em relação aos módulos RAT e Telefonia, mostra-se suficiente para reforçar a vantajosidade da contratação, uma vez que:

I - projeta ingresso potencial expressivo de receitas para o Município de Perdigão/MG;

II - condiciona qualquer despesa ao sucesso da recuperação (modelo ad exitum); e

III - mantém equilíbrio razoável entre o risco assumido pela contratada e o retorno econômico proporcionado à Administração, em linha com a fundamentação constante do parecer jurídico anteriormente exarado.

2. Interdependência com outras contratações

O objeto em estudo é modular e autônomo, não se vinculando nem se condicionando a quaisquer outras aquisições ou contratos. A adesão de cada Município e a execução de cada serviço ocorrerão independentemente entre si, sem dependência técnica, operacional, orçamentária ou cronológica. Eventuais ferramentas, licenças ou insumos necessários à execução serão de responsabilidade da futura contratada, sem necessidade de contratação acessória pela Administração.

3. Da economia de escala

A consolidação dos quantitativos estimados pelos Municípios consorciados tende a gerar ganhos de escala, com redução do custo unitário. Assim, na fase de negociação para registro de preços, poderá ser pleiteado desconto adicional em razão do volume agregado. Para fundamentar a proposta de redução, o Consórcio utilizará, dentre as referências de mercado, a mediana dos valores praticados em contratos por inexigibilidade (INEX) celebrados pelo mesmo fornecedor com a Administração Pública, atualizados e em condições equivalentes, buscando a obtenção de preço mais vantajoso, sem prejuízo de outras fontes idôneas de pesquisa de preços.

4. Estimativa do valor da contratação

A estimativa de valor para o presente Registro de Preços foi elaborada com base em pesquisa de contratações públicas análogas praticadas pelo mesmo fornecedor, celebradas por diversos Municípios e Institutos de Previdência em diferentes unidades da federação, com objeto idêntico ou equivalente, a saber, prestação de serviços técnicos especializados de consultoria, assessoria e auditoria tributária e previdenciária para recuperação de créditos públicos.

Conforme demonstrado no quadro comparativo constante deste estudo, foram analisados 14 contratos administrativos com o mesmo fornecedor e com escopos técnicos equivalentes, cujos percentuais de remuneração variaram entre 15% (mínimo) e 20% (máximo) sobre o montante efetivamente recuperado. Optou-se como método de cálculo do valor mais vantajoso para a administração não empregar a média dos valores ou a mediana, mas sim o ponto aritmético médio entre o valor máximo e mínimo por representar menor oneração. Ademais, o potencial volume de contratações mediante adesão regional justifica a redução da margem de retorno do contratado.

Dessa forma, adota-se o percentual de 17.5% (dezessete por cento e meio) como estimativa de valor de referência com base na pesquisa de mercado realizada.

O percentual ora indicado reflete:

- i. O ponto médio das contratações celebradas pelo contratante por inexigibilidade com objeto correlato;
- ii. a projeção de ganho de escala resultante da formação de ata consorciada, considerando que o somatório dos quantitativos potenciais poderá ensejar renegociação do preço, com possibilidade de desconto adicional em relação à mediana dos contratos analisados;
- iii. a condição de risco e êxito, uma vez que o pagamento somente ocorrerá após a homologação dos estudos e efetiva recuperação dos créditos, sem qualquer ônus prévio para a Administração.

Assim, o percentual de 17.5% sobre o montante líquido efetivamente recuperado mostra-se compatível, proporcional e vantajoso, atendendo ao princípio da economicidade.

Nº	Município	Contrato	Objeto	Valor %
1	Caixias-MA	TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 047/2023.	contratação de empresa para prestação de serviço de assessoria e consultoria técnica fiscal e tributária, para recuperação de receita por meio de valor agregado, fiscalização e arrecadação, referente a energia elétrica, para compensação junto as obrigações tributárias correntes do município de CAXIAS-MA, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no projeto básico e seus anexos.	20
2	Nova Serrana-MG	Contrato 166/2025	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA TENDO POR FINALIDADE O LEVANTAMENTO E A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DE TRIBUTOS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS	18
3	Figueirópolis -TO	CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 47/2025	O presente contrato tem como objeto a contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de serviços especializado de Consultoria e Assessoria Administrativa e Jurídica, empresa especializada para prestação de serviços técnicos de	20

			levantamento, identificação e recuperação de créditos tributários, pagos indevidamente ou a maior pelo Município de Figueirópolis-TO.	
			CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PEQUIZEIRO, E DE OUTRO LADO A EMPRESA META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA EIRELLI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS COM A PARAMETRIZAÇÃO FISCAL DOS RECEBIMENTOS DOS VALORES PAGOS A MAIOR SOBRE GFIP/DCTF-WEB, BEM COMO AS VERBAS IDENIZATÓRIAS QUE ENVOLVE O LEVANTAMENTO DO RECOLHIMENTO DO INSS/RAT-FAP E APURAÇÕES DOS VALORES RECOLHIDOS INDEVIDAMENTE A TÍTULO DO PASEP/IR E RESTITUIÇÃO DO IRRF PARA O MUNICÍPIO DE PEQUIZEIRO – TO,.	
4	O	Pequizeiro-T CONTRATO Nº 12/2025		20

			<p>CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ARAGUATINS-TO E DE OUTRO LADO A EMPRESA META TECNOLOGIA TRIBUTA RIA EIRELLI, OBJETIVANDO A PRESTAÇA O DOS SERVIÇOS COM A PARAMETRIZAÇA O FISCAL DOS RECEBIMENTOS DOS VALORES PAGOS A MAIOR SOBRE GFIP/DCTF-WEB, BEM COMO AS VERBAS IDENIZATO RIAS QUE ENVOLVE O LEVANTAMENTO DO RECOLHIMENTO DO INSS/RAT-FAP E APURAÇO ES DOS VALORES RECOLHIDOS INDEVIDAMENTE A TI TULO DO PASEP/IR E RESTITUIÇA O DO IRRF PARA O MUNICI PIO DE ARAGUATINS-TO.</p>	
	Araguatins-T			
5 O		CONTRATO Nº. 97/2025		20

			<p>CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE JEQUERI-MG E DE OUTRO LADO A EMPRESA META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA EIRELLI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS COM A PARAMETRIZAÇÃO FISCAL DOS RECEBIMENTOS DOS VALORES PAGOS A MAIOR SOBRE GFIP/DCTF-WEB, BEM COMO AS VERBAS IDENIZATÓRIAS QUE ENVOLVE O LEVANTAMENTO DO RECOLHIMENTO DO INSS/RAT-FAP E APURAÇÕES DOS VALORES RECOLHIDOS INDEVIDAMENTE A TÍTULO DO PASEP/IR E RESTITUIÇÃO DO IRRF PARA O MUNICÍPIO DE JEQUERI-MG.</p>	
6	Jequiri-MG	CONTRATO Nº. 52/2025		20
			<p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS ASSESSORIA, CONSULTORIA E AUDITORIA CONTÁBIL TRIBUTÁRIA PREVIDENCIÁRIA DO REGIME</p>	
7	Pium-TO	CONTRATO nº 031/2023-PMP		20

			PRÓPRIO COM A FINALIDADE DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PIUM – TO.	
			1.1. O presente contrato tem como objeto a contratação dos serviços para a reparametrização fiscal dos recebimento dos valores pagos a maiores sobre as GFIP/DCTF-WEB, envolvendo levantamento dos recolhimentos do INSS, por meio de análise e pericias dos documentos pertinentes ao regime celetista sobre as VERBAS IDENIZATÓRIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (INSS). 1.2. Reparametrização e adequação das alíquotas do RAT/FAP, levantamento e apuração/compensação dos créditos individualizados do FGTS dos servidores inativos.[...]	
8	Cezarina-GO	CONTRATO Nº. 165/2025		20

			<p>Contratação de empresa especializada no estudo técnicos na prestação de serviço de Auditoria na Repatriação de ativos financeiros previdenciários do RGPS ao RPPS para o Instituto do Município, com aptidão no levantamento de dados e Otimização sobre a preparação da execução com encaminhamento e acompanhamento do retorno financeiro para a promoção das ações e formalidades legais necessárias à apropriação de receitas originárias de contribuições recolhidas e disponibilizadas por entidades oficiais externas de acordo com a legislação pertinente, Lei 9.796 de 05 de maio de 1999; Dec. 3.112 de 6 de junho de 1999; Dec. 3.217 de 22 de outubro de 1999 e portaria MPAS 6.209 de 16 de dezembro de 1999 e Dec.10.188 de 20 de dezembro de 2019 e Portaria/SEPTR/ME nº 15.829, de 2 de julho de 2020 serviços associados de gestão administrativa e financeira [...]</p>	
9	Cezarina-GO	CONTRATO Nº. 197/2025		20

			CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARAGARÇAS-GO E DE OUTRO LADO A EMPRESA META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA EIRELLI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS COM A PARAMETRIZAÇÃO FISCAL DOS RECEBIMENTOS DOS VALORES PAGOS A MAIOR SOBRE GFIP/DCTF-WEB, BEM COMO AS VERBAS INDENIZATÓRIAS QUE ENVOLVE O LEVANTAMENTO DO RECOLHIMENTO DO INSS/RAT-FAP E APURAÇÕES DOS VALORES RECOLHIDOS INDEVIDAMENTE A TÍTULO DO PASEP/IR E RESTITUIÇÃO DO IRRF PARA O MUNICÍPIO DE ARAGARÇAS-GO.	
10	O	Aragarças-G	CONTRATO N°. 138/2025	20
11	Caseara-TO		CONTRATO N° 049/2025	20
			DO OBJETO DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS COM A PARAMETRIZAÇÃO FISCAL DOS RECEBIMENTOS DOS VALORES PAGOS A MAIOR SOBRE GFIP/DCTF-WEB, BEM COMO AS VERBAS IDENIZATÓRIAS QUE ENVOLVE O LEVANTAMENTO	

			DO RECOLHIMENTO DO INSS/RAT-FAP E APURAÇÕES DOS VALORES RECOLHIDOS INDEVIDAMENTE A TÍTULO DO PASEP/IR E RESTITUIÇÃO DO IRRF PARA O MUNICÍPIO DE CASEARA-TO.	
12	Carnaubeira da Penha - PE	CONTRATO Nº 209/2025	A contratação de serviços é o suporte jurídico ao Instituto PASEP, atendendo às suas necessidades legais, com a prestação dos serviços técnicos e especializados para adoção de medidas administrativas e/ou judiciais junto PASEP, visando recuperar contribuições, sobre o status autorizado, dentre intervenções junto aos indeferidos, em exigências, aguardando análises, novas auditorias, dentre outros que serão devidamente identificados. [...]	20

13	Taguatinga - TO	CONTRATO Nº 225/2022	1.1. Consiste o objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIAS TÉCNICA CONTABIL TRIBUTARIA PARA RECUPERAÇÃO DE RECEITAS POR MEIO DE VALOR AGREGADO, EM REPATRIAÇÃO DA PREVIDENCIA PRÓPRIA JUNTO AO REGIME GERAL, ISSQN PARA COMPENSAÇÃO JUNTO AS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CORRENTES DO MUNICÍPIO DE TAGUATINGA - TO, conforme proposta de preços, parte integrante do presente contrato.	15
14	Arraiais - TO	CONTRATO Nº 118/2023	CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ARRAIAS E DE OUTRO LADO A EMPRESA META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA EIRELLI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, ASSESSORIA, CONSULTORIA E AUDITORIA CONTÁBIL TRIBUTÁRIA PREVIDENCIÁRIA DO REGIME PRÓPRIO COM A	20

			FINALIDADE DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO DE ARRAIAS - TO.	
--	--	--	---	--

IV - DO JUÍZO DE NECESSIDADE: DAS ALTERNATIVAS E DO PARCELAMENTO

1. Levantamento de mercado: análise de alternativas e justificativa técnico-econômica da solução.

O mercado considerado corresponde a serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria tributária/previdenciária com suporte de solução informatizada, voltados à identificação, quantificação e recuperação/compensação de créditos de RGPS/INSS (incluindo RAT/FAP), PASEP, IRRF e correlatos, seguindo um ciclo de vida que abrange diagnóstico pericial, auditoria, protocolos de compensação e acompanhamento de resultados, com capacitação da equipe fiscal e padronização de rotinas internas.

Foram adotados como critérios comparativos: (i) capacidade técnica (notória especialização, métodos e equipe), (ii) uso de software dedicado e segurança de dados, (iii) governança e transparência da execução, (iv) prazo e risco de prescrição, (v) alinhamento de incentivos/remuneração, e (vi) custo total para a Administração.

A pesquisa aponta que modelos “ad exitum” (remuneração vinculada ao valor efetivamente recuperado) são prática consolidada para esse tipo de objeto, com percentuais em torno de 18% sobre o montante recuperado, justificando-se pela complexidade técnica da recuperação de créditos, necessidade de interpretação normativa e de procedimentos administrativos (p.ex., PER/DCOMP), além do alinhamento de incentivos e ausência de desembolso antecipado para o ente público.

Também se observa a relevância do emprego de software especializado (processamento massivo de bases como GFIP/SEFIP/DCTFWeb e trilhas de auditoria), frequentemente apontado pelos fornecedores como diferencial técnico.

1.2 Alternativas de solução avaliadas

A) Execução direta pela Administração.

Descrição. Realização integral com equipes próprias (Contabilidade, RH e Finanças).

Análise. Embora juridicamente possível, entendemos que as secretarias deverão declarar em sede de estudos próprios se existe ou não capacidade instalada para execução célere e acurada do conjunto de tarefas exigidas; Avaliando se as equipes estão sobrecarregadas e se a tentativa de internalização poderia aumentar o risco de prescrição e de falhas.

Conclusão: potencialmente não recomendada por ineficiência operacional e risco fiscal.

B) Licença de software (SaaS) sem consultoria especializada.

Descrição. Contratação apenas de ferramenta tecnológica para cruzamentos e relatórios.

Análise. Reduz tempo operacional, porém transfere ao Município as atividades críticas de auditoria, enquadramentos e condução de compensações; exige know-how jurídico-tributário específico e gestão ativa de riscos e prazos.

Conclusão: insuficiente isoladamente para o alcance do resultado, dada a natureza predominantemente intelectual do objeto (auditoria/consultoria).

C) Consultoria genérica por hora (time & materials).

Descrição. Equipe de apoio sem compromisso com resultado, remunerada por hora/homem.

Análise. Facilita a mobilização, mas desalinha incentivos e eleva a incerteza de custo; o pagamento independe de êxito.

Conclusão: menos vantajosa economicamente e com menor previsibilidade de ROI quando comparada ao modelo ad exitum.

D) Contratação por preço global fixo por lote (escopos fechados).

Descrição. Projeto único, com preço fechado por entregáveis.

Análise. Pressupõe previsibilidade de volume e de créditos recuperáveis (o que não existe), gerando risco de sobrepreço ou, no sentido oposto, de inexecução parcial diante de achados superiores ao estimado.

Conclusão: pouco aderente à incerteza técnica e volumétrica do objeto.

E) Consultoria especializada com solução informatizada e remuneração ad exitum (*percentual sobre o valor efetivamente recuperado*).

Descrição. Prestadora com notória especialização em auditoria tributária/previdenciária, metodologias próprias e software avançado, executando o ciclo completo: diagnóstico, auditoria, protocolos de compensação e acompanhamento, com pagamento apenas em caso de êxito.

Análise. Modelo tecnicamente mais robusto e economicamente eficiente: alinha incentivos, reduz risco de dispêndio sem resultado e ataca o risco de prescrição com celeridade. É prática corrente no mercado público, com precedentes em diversos municípios.

Conclusão: alternativa preferencial.

À luz do exposto, recomenda-se a contratação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria administrativa com solução informatizada, por modelo “ad exitum”, por ser a alternativa que:

- (i) reúne notória especialização e metodologia adequada ao ciclo de vida do objeto (auditoria + compensação + governança), com uso de software e capacitação de fiscais;
- (ii) maximiza a assertividade na identificação e recuperação de créditos;
- (iii) mitiga o risco de prescrição e de não conformidades; e
- (iv) assegura transparência, rastreabilidade e controle por meio de entregas e relatórios periódicos.

O modelo ad exitum elimina custos antecipados e condiciona o pagamento à efetiva recuperação, o que protege o erário e alinha incentivos. Considerando o arranjo consorciado e o potencial ganho de escala via Registro de Preços, propõe-se o uso de 17,5% como valor de referência na IRP/ETP (ponto médio entre mínimo e máximo observados), sujeito a negociação competitiva na fase respectiva.

Dada a demanda difusa e parcelada entre municípios consorciados e a necessidade de celeridade com padronização de escopo, recomenda-se formação de Ata de Registro de Preços (ARP) para contratações sob demanda dos entes consorciados, tendo por objeto a prestação dos serviços especializados com solução informatizada e remuneração ad exitum. A ARP possibilita:

- (i) adesão gradual dos municípios;
- (ii) negociação por volume; e
- (iii) homogeneização de cláusulas de governança e de mensuração do resultado (métricas de êxito, conferência documental, liquidação e pagamento conforme comprovantes de recuperação/compensação).

Os requisitos de habilitação e qualificação técnica devem manter o padrão de notória especialização e o emprego de software especializado, como delineado no Termo.

1.3. Riscos e mitigação

- i. Risco de insucesso ou glosas em compensações: mitigado por metodologia em etapas (diagnóstico, auditoria, protocolos, acompanhamento) e por fiscalização contratual, com recebimento provisório/definitivo e possibilidade de correções.
- ii. Risco operacional e de conformidade: mitigado por software especializado, gestão documental e cláusulas de responsabilidade e sanções.
- iii. Risco de custo: reduzido pelo pagamento apenas em caso de êxito, com prazo e critérios de recebimento/pagamento definidos.

Pelo cotejo técnico-econômico, a solução mais aderente, segura e vantajosa para o Consórcio é a consultoria tributária/previdenciária especializada com solução informatizada, contratada por Registro de Preços e remunerada ad exitum (percentual de referência 17,5% sobre o valor líquido efetivamente recuperado), preservados os limites de escopo definidos. Tal arranjo alinha incentivos, evita desembolso prévio, mitiga o risco de prescrição e padroniza a governança, com base nas práticas correntes do mercado e nas exigências de qualificação/notória especialização já mapeadas.

1.4 Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

O objeto envolve serviços técnicos especializados de auditoria e consultoria tributária/previdenciária, com suporte informatizado, para levantamento, identificação, apuração e recuperação/compensação de créditos. O ciclo de vida da solução compreende diagnóstico pericial, auditoria, protocolos de compensação e acompanhamento/melhoria de rotinas, com capacitação de servidores, relatórios mensais e uso de software especializado. Essas etapas são interdependentes dentro de cada linha de serviço, devendo ser executadas de forma integrada para assegurar assertividade e rastreabilidade dos resultados.

A criação de lotes por ente geraria fragmentação administrativa, multiplicação de procedimentos e perda de escala — resultado já alcançado de forma mais eficiente por Ata de Registro de Preços,

que permite adesões independentes e chamadas sob demanda, mantendo padronização de métricas de êxito, fiscalização e pagamento. Além disso, o próprio desenho contratual previsto (acompanhamento, recebimento provisório/definitivo e pagamento ad exitum) recomenda centralização de governança com adesão modular, em vez de replicação por Município.

Embora possível em tese, a **divisão por itens não é recomendável**, pois **rompe a unidade técnica** do serviço, cria múltiplos pólos de responsabilidade técnica (especialmente na prova do resultado e na liquidação/pagamento) e **eleva risco de insucesso/glosas**. O cronograma e as entregas foram concebidos **como cadeia lógica única** para a recuperação de créditos no âmbito Municipal, de modo que a segmentação seria contraproducente.

1.5 Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação à necessidade

Há necessidade objetiva de corrigir distorções de recolhimentos e recuperar créditos, exigindo alto grau de especialização e método pericial para auditoria, retificação de declarações e protocolos de compensação, com capacitação de servidores e padronização de rotinas. O escopo e o ciclo de vida da solução descritos endereçam integralmente essas frentes.

A consultoria especializada com solução informatizada executando diagnósticos, auditoria, protocolos de compensação e acompanhamento/melhoria interna é tecnicamente a mais idônea. O uso de software avançado e trilhas de auditoria eleva a assertividade e a rastreabilidade; a fiscalização contratual e os critérios de recebimento asseguram conformidade e correções tempestivas.

Ademais, a remuneração ad exitum elimina desembolsos prévios e alinha o pagamento ao resultado, refletindo prática consolidada no segmento. No presente instrumento, adota-se referência de 17,5% para fins estimativos, aproveitando ganho de escala via ARP. As condições de pagamento (após recebimento) e de ordem cronológica/retenciones reforçam a proteção do erário.

Por fim, o Termo de referência deverá prever regras de gestão e fiscalização (plano de fiscalização, comunicações formais, atuação do fiscal), entregas mensais, recebimento provisório/definitivo, e sanções escalonadas, o que mitiga riscos de desempenho, conformidade e custo.

Em conclusão, considerando o problema identificado, a especialidade técnica e intelectual para serviços especializados com solução informatizada, o modelo ad exitum e o arranjo de governança previstos, a contratação é adequada e suficiente para atender à necessidade dos Municípios consorciados: recuperar créditos tributários/previdenciários de forma célere, segura e econômica, com ampliação de receitas, mitigação do risco de prescrição e padronização de rotinas internas.

V - DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis

Resultados pretendidos (economicidade):

- i. Pagamento condicionado ao êxito (ad exitum): desembolso apenas após a efetiva recuperação/recebimento dos créditos, alinhando incentivos e eliminando custo prévio para o erário. A fórmula de remuneração e condição de pagamento constam do Termo (percentual sobre o valor recuperado e pagamento até 30 dias após o recebimento pelo Município).
- ii. Custos diretos internalizados no preço: o percentual pactuado abrange todas as despesas ordinárias da contratada (inclusive tributos, encargos, taxas e deslocamentos), o que dá previsibilidade e evita contratações acessórias.
- iii. Ausência de reajuste em contratos de até 12 meses, reduzindo pressão orçamentária; eventual prorrogação observará a lei.

- iv. Ganho de escala e governança: centralização por Ata de Registro de Preços, com gestão e fiscalização formais, recebimento provisório/definitivo e relatórios — o que mitiga retrabalho e glosas.

Melhor aproveitamento de recursos humanos e materiais:

- i. Capacitação e padronização de rotinas: qualificação do quadro de fiscais, estabelecimento de metodologia e regras de fiscalização, além de capacitação contínua prevista no cronograma de execução. Isso reduz horas gastas com retrabalho, melhora a conformidade e fortalece o controle interno.
- ii. Automação e rastreabilidade: uso de software especializado e de trilhas de auditoria para análise e emissão de relatórios mensais, com ganho operacional e redução de erros.
- iii. Execução remota como padrão (com atendimento presencial quando necessário), diminuindo deslocamentos e consumo de insumos físicos (papel e pastas), em linha com diretrizes de sustentabilidade documental.

2. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual

- i. Designação formal de gestor e fiscais do contrato (titular e substituto), nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, com ato próprio; realização de reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização (método de aferição de resultados, mecanismos de fiscalização e comunicações formais).
- ii. Disponibilização tempestiva de documentos e acessos indispensáveis à execução, conforme previsto no diagnóstico inicial e nas obrigações da contratante.

- iii. Plano de capacitação: assegurar a participação dos fiscais e equipes correlatas na qualificação técnica e nas ações de capacitação contínua ofertadas no escopo (cronograma), padronizando procedimentos e reduzindo inconsistências.
- iv. Protocolo de comunicações e gestão documental eletrônica (preferência por meios digitais, guarda e trilha de auditoria), em conformidade com as diretrizes de sustentabilidade documental.
- v. Conformidade e proteção de dados: ajuste de rotinas internas e de cláusulas contratuais para garantir sigilo e segurança das informações fiscais e pessoais tratadas, com comunicações por escrito quando exigidas.

3. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Como indicado no item III, 2., Não há contratações correlatas ou interdependentes necessárias à execução do objeto. O contrato é auto-contido, veda subcontratação, inclui todas as despesas ordinárias da contratada e prevê atendimento remoto/presencial, conforme demanda, sem exigir aquisições acessórias pela Administração.

4. Descrição de possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras (incluídos requisitos de baixo consumo de energia e logística reversa, quando aplicável)

Trata-se de prestação de serviços predominantemente intelectual, com execução remota como regra e gestão documental eletrônica, de modo que não se verificam impactos ambientais diretos relevantes. Ainda assim, o Termo orienta práticas de sustentabilidade aplicáveis.

Medidas mitigadoras e requisitos:

1. *Digital-first*: priorização de meios eletrônicos para tramitação, guarda e auditoria de documentos, mitigando consumo de papel e insumos.
2. Baixo consumo de energia e deslocamentos: incentivo a videoconferências e atendimento remoto, limitando viagens presenciais ao estritamente necessário (as viagens, quando houverem, correm por conta da contratada).
3. Diretrizes de sustentabilidade: observância às orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU) citadas no Termo.

5. Previsão no PCA

A comprovação do alinhamento da presente contratação com o Plano de Contratações Anual (PCA) e com o planejamento orçamentário caberá à **contratante**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a ser verificada quando da formalização do processo de contratação ou adesão à Ata de Registro de Preços.

6. Justificativa para adoção do processo de inexigibilidade de licitação

A presente justificativa atende ao art. 74, III, “c”, da Lei nº 14.133/2021, como etapa de instrução para contratação direta por inexigibilidade com vistas à prestação de serviços técnicos especializados de consultoria/assessoria e auditoria tributária e previdenciária destinados ao levantamento, identificação, quantificação e recuperação/compensação de créditos de Previdência Geral, PASEP e IRRF, entre outros vetores previstos no Termo. Trata-se de atividade predominantemente intelectual, que demanda metodologia própria, software dedicado e equipe com expertise setorial.

Embora a licitação constitua a regra de seleção da proposta mais vantajosa e de preservação da isonomia, a própria Constituição — e a Lei nº 14.133/2021 — reconhecem hipóteses de contratação

direta, desde que inviável a competição e observados os requisitos legais. No tocante a serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, a lei admite inexigibilidade quando o trabalho a ser desenvolvido por profissional ou empresa de notória especialização mostrar-se essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto.

A inviabilidade de competição, no caso concreto, decorre

- (i) da natureza intelectual do objeto (auditoria tributária/previdenciária com interpretação normativa, retificação de declarações e condução de PER/DCOMP),
- (ii) do emprego de metodologia proprietária e solução informatizada de alto desempenho e
- (iii) da necessidade de resultados acurados e tempestivos para impedir o perecimento de créditos pela prescrição.

O TCU, ao tratar do art. 74, III, da Lei 14.133/2021, enfatiza que a inexigibilidade reclama demonstração da inviabilidade competitiva e da notória especialização, à luz do §3º do mesmo artigo. A Súmula 252/TCU, editada sob o regime da Lei 8.666/1993, consagrou, como parâmetro histórico, a presença simultânea de serviço técnico especializado, notória especialização e singularidade. Embora a Lei 14.133/2021 tenha reformulado a disciplina da inexigibilidade (art. 74) e positivado o conceito de notória especialização (§3º), a orientação de controle permanece no sentido de substanciar a inviabilidade de competição e a adequação da escolha à satisfação do objeto.

A contratação direta não afasta procedimentos formais, controles e demonstração de vantajosidade: o processo está instruído com ETP, justificativa da inexigibilidade, motivo da escolha do fornecedor, orçamento/parametrização de preço e documentos de habilitação, além de regras de fiscalização, recebimento e pagamento (pagamento apenas após a efetiva recuperação). Tais salvaguardas asseguram governança e integridade do gasto público.

Do ponto de vista técnico-econômico, o modelo ad exitum, i.e. percentual sobre o valor efetivamente recuperado, sem desembolso prévio, alinha incentivos, mitiga o risco de dispêndio sem resultado e responde com celeridade ao risco de prescrição dos créditos. A prática observada no mercado público reforça a adequação desse arranjo para a matéria em exame.

À vista do exposto, configuram-se os pressupostos do art. 74, III, “c”, da Lei nº 14.133/2021, com amparo no §3º (conceito legal de notória especialização), para contratação direta por inexigibilidade de empresa especializada em consultoria/assessoria técnica e auditoria tributária/previdenciária, observadas as exigências de habilitação, os critérios de fiscalização e a medição/recebimento estabelecidos no Termo.

7. Justificativa para escolha da empresa meta tecnologia tributária Ltda

A seleção da empresa seguiu os critérios técnicos estabelecidos, assegurando que o preço estivesse alinhado aos valores de mercado e que todos os requisitos de habilitação, regularidade e qualificação técnica fossem atendidos. A empresa também possui uma reputação ilibada e reconhecimento notório em seu setor de atuação.

Além disso, a empresa cumpre todas as condições de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista exigidas no instrumento convocatório. A comprovação da notória especialização foi realizada por meio da certificação de qualificação e formação dos profissionais, bem como através de atestados de capacidade técnica e contratos, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/21.

Assim sendo, a escolha recai sobre a empresa META TECNOLOGIA TRIBUTARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 01.995.108/0001-24, visto que resta comprovado que possui notória qualificação técnica e ampla experiência comprovada por meio de atestados técnicos e contratos, e por possuir software altamente especializado e avançado.

Diante do exposto, a contratação da empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA LTDA se justifica pela comprovada qualificação técnica supramencionada, em conformidade com o disposto no artigo 74, §3º da lei 14133/2021, a saber:

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

8. Da especialidade dos serviços

Os serviços objeto desta contratação apresentam natureza técnico-intelectual complexa, com elevado grau de interpretação normativa, análise pericial de dados e tomada de decisão especializada, o que os distingue dos serviços comuns padronizáveis. O escopo abrange múltiplas rubricas cada qual com regras específicas, mutabilidade regulatória e jurisprudencial, interfaces com sistemas oficiais e impactos fiscais e contábeis que exigem método próprio de auditoria, memórias de cálculo, retificações de declarações e condução de protocolos administrativos até a homologação/compensação de créditos. Trata-se de atividade que demanda equipes qualificadas (contábil, fiscal e previdenciária), ferramenta informatizada de alto desempenho (capaz de processar grandes volumes com rastreabilidade, controles de qualidade e aderência à LGPD) e atuação técnica continuada para responder às exigências, intimações e glosas dos órgãos competentes, inclusive com reapresentações fundamentadas. A imprevisibilidade técnica e volumétrica dos achados (variação por município, base de dados e histórico de recolhimentos), somada ao risco de prescrição e à necessidade de juízo pericial caso a caso, impede a padronização por especificações objetivas típicas de serviços comuns e inviabiliza a competição por comparabilidade exclusivamente formal; ao contrário, reclama notória especialização (conceito, desempenho pretérito, organização, equipe e aparelhamento) para assegurar resultado útil e seguro ao erário. Por essas razões, os serviços se qualificam como técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com caráter especial que justifica a adoção da modelagem proposta (incluindo solução informatizada, ciclo diagnóstico-auditoria-protocolos-acompanhamento e pagamento ad exitum), em consonância com o regime jurídico aplicável.

9. Justificativa para a não exigência de garantia (arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021)

A exigência de garantia prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 tem natureza facultativa e destina-se a resguardar a fiel execução quando o risco contratual recomendar tal medida. No caso em exame, o objeto consiste em serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (consultoria, assessoria e auditoria tributária/previdenciária com solução informatizada), executados sem fornecimento de bens, sem adiantamentos e com pagamento condicionado ao êxito (*ad exitum*) após a comprovação objetiva do resultado. Isto é, após a homologação/compensação do crédito pelos órgãos competentes e a correspondente aceitação pela Administração. Nessas condições, a garantia contratual não agrega proteção adicional relevante e, ao contrário, majora o custo (prêmios de seguro/fiança, imobilização de capital), afetando a economicidade e reduzindo a competitividade da futura contratação.

O risco de execução encontra-se adequadamente mitigado por (i) marcos de controle e aceite no ciclo de vida (diagnóstico, auditoria, protocolos e acompanhamento), com entregas rastreáveis e verificáveis; (ii) medição e pagamento vinculados ao resultado (só há desembolso após a efetiva homologação/compensação do crédito); (iii) obrigações de assistência técnica continuada da contratada, inclusive resposta a exigências/intimações e reapresentações às suas expensas; e (iv) regime sancionatório contratual (advertências, multas, eventual rescisão e demais penalidades legais), além da possibilidade de glosa de medições e compensação de eventuais perdas em faturas futuras. Diante desse arranjo, e considerando a inexistência de obra de engenharia ou de fornecimento com risco físico/operacional relevante — hipóteses em que a lei admite percentuais reforçados —, não se justifica a imposição de garantia, por desproporcionalidade e onerosidade excessiva frente aos riscos remanescentes.

Assim, não haverá exigência de garantia nesta contratação, por ser desnecessária, antieconômica e potencialmente restritiva, permanecendo íntegros os demais instrumentos de controle, fiscalização e responsabilização previstos no ETP, no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.



Divinópolis/MG, 26 de novembro de 2025.

Luan Henrique Arantes Pereira

Coordenador de Programa